

# RITUAL E ETIQUETA NA FORMAÇÃO DOS PROGRAMAS DISTRIBUITIVOS DA CASA SENHORIAL DO SÉCULO XVII

*HÉLDER CARITA*

**Os Interiores em Portugal, Colóquio de História de Arte e Design, Lisboa, IADE,  
Fev. 2008**

## **Introdução**

Em contraponto com a arquitectura religiosa, o estudo da arquitectura doméstica não tem merecido a mesma cuidada atenção da historiografia portuguesa. A casa senhorial tem sido estudada, sobretudo, nas suas morfologias e desenho arquitectónico descurando, muitas vezes, um aprofundamento das suas vivências interiores, conhecimento essencial para um estudo que articule, de forma coerente, os programas distributivos com as morfologias e desenho arquitectónico.

No caso de épocas recuadas como é o caso de palácios e casas senhoriais do século XVI ou XVII, as alterações de gosto e formas de habitar, que se foram introduzindo posteriormente, dificultam-nos, na generalidade dos exemplos chegados até nós, um acesso preciso às estruturas arquitectónicas e programas distributivos originais. A compartimentação interior destes edifícios foi, na sua maioria, alterada, assim como, as estruturas de cobertura e respectivos tectos que, em madeira, tem uma durabilidade que não ultrapassam os duzentos a trezentos anos. É assim que uma descrição dos palácios de Lisboa dos finais do séc. XVI<sup>1</sup> salienta como característica mais notável dos edifícios desta época, os seus tectos, referindo este texto: “aquilo que vi em que primam nas casas dos grandes, nos tectos os quais são engenhosos e são trabalhados com diversísimos trabalhos de madeira, como muitos entalhes, pinturas e douraduras”. Esta alusão aos tectos de alfarge como uma das características dos palácios lisboetas contrasta com o, quase total, desaparecimento destes tectos dando-nos bem a dimensão das alterações que sofreram os palácios dos séculos XVI e XVII e a precariedade de estudos baseados

---

<sup>1</sup> Confalonieri, Gian Battista – *Da Grandeza e Magnificiência da Cidade de Lisboa ( 1593)*,

apenas nos exemplos de morfologias e estruturas arquitectónicas chegadas até aos nossos dias.

Nesta linha de preocupações tentamos orientar o nosso estudo recorrendo unicamente a elementos coevos, cruzando os poucos levantamentos arquitectónicos que existem, do séc. XVII, com inventários de bens e descrições, igualmente do mesmo período. Para isto seleccionamos duas plantas: uma do palácio dos condes da Castanheira, a outra do presumível palácio dos condes de Soure ao Bairro Alto. A primeira ao referir, na legenda, o proprietário: D. António de Atayde permite-nos situar a planta nas décadas de 30 a 40, período que esta eminente personagem ocupou os mais altos cargos do Reino, como General das Armadas do Reino e, no ano de 1631, o de Governador de Portugal. Quanto à segunda planta, as marcas do papel indicam já os finais do séc. XVII podendo entre as duas estabelecerem-se relações de evolução que se vão desenhando ao longo deste século.

Nos dois casos as plantas apresentam um precioso detalhe que se prende pela designação das funções de cada um dos compartimentos facto importante que nos fornece elementos precisos sobre o programa distributivo dos interiores destas casas.

Embora tratando-se de dois palácios lisboetas pertencentes à mais alta nobreza, o cruzamento do estudo destas plantas com documentação de inventários e descrições abrem-nos novas pistas de investigação sobre as lógicas distributivas e as efectivas transformações que se processam no interior da casa senhorial em Portugal, ao longo do séc. XVII.

Ainda que numa breve passagem não podemos deixar de, neste estudo, fazer uma tentativa de aproximação às estruturas mentais da sociedade do séc. XVII estabelecendo-as como pano de fundo da nossa investigação.

## **1. – Formalismo nas estruturas mentais da sociedade portuguesa**

Não só em Portugal como por toda a Europa, o séc. XVII é marcado por uma rigidez e um pendor formalista que, imprimindo em toda a vida social uma preocupação pela ordem e o rigor dos comportamentos, se vem inscrever nas formas de habitar e organizar o espaço arquitectónico da casa senhorial deste período.

Face às grandes descobertas geográficas e científicas do séc. XVI, o séc. XVII parece pautar-se por uma necessidade imperiosa de reordenar e sistematizar as grandes visões do Renascimento. Dominadas por uma visão aristotélica, multiplicam-se colégios e academias, onde a razão e a mente se afirmam como instrumentos privilegiados de um saber escolástico que olha com clara desconfiança para os domínios da sensibilidade e da intuição. Cabe aqui salientar que o quadro mental do séc. XVII se começa a manifestar de forma prematura, nas últimas décadas do séc. XVII, com o advento da contra reforma e omnipresença da Inquisição que em Portugal acentuam uma particular *secura* e um rigidez nas estruturas mentais da sociedade portuguesa.

Numa ordem de saber onde impera a esfera da razão, a actividade artística é marcada por uma tendência académica apoiada sobretudo em normas e regras. Se na pintura o predomínio da composição e do desenho retira à pintura os seus valores de cromatismo, na literatura e na poesia prevalece uma atenção pelos rigores da métrica e da composição despindo esta produção de lirismo e espontaneidade.

Nos jardins é igualmente a ordem e o rigor que predominam submetendo toda a natureza a um rigoroso traçado que se estende às plantas e aos arbustos talhados em formas geométricas.

Apoiada numa forte centralização do poder régio, a sociedade tende a representar-se como um universo estável onde Deus é a cabeça da hierarquia e a figura do rei a sua manifestação no mundo real, configurada como centro de toda a estrutura social.

Numa visão do mundo marcada por uma imperiosa sede de regra e de ordem observa-se uma progressiva hierarquização da sociedade através da instituição de títulos e cargos que, acompanhando um significativo aumento da burocracia do Estado, se revela na criação de novas estruturas administrativas caso, em Portugal, do Conselho Real, Fazenda Régia, ou Mesa da Consciência e Ordens.

Cabe aqui salientar que esta tendência de ordem e racionalização, apresentava-se, porém, como um valor eminentemente exterior e de representação formal, uma espessa cortina que escondia os conflitos interiores de cada individuo como as naturais contradições da sociedade.

Na face mais visível do quotidiano, esta ordem é marcada por um gosto pelas festas e cortejos oficiais, entradas régias e recepções de embaixadores onde o poder a estrutura do Estado se faziam representar.

Dos vários regimentos preparatórios para estas celebrações, que nos chegaram, é assinalável a preocupação em detalhar até ao mínimo pormenor o lugar e o regime de precedências que cada personagem ou instituição deveria ocupar. No seu estudo sobre a *Lisboa Seiscentista*, Fernando Castelo Branco dá-nos um retrato destas cerimónias, com base num manuscrito da colecção Pombalina, ao descrever a visita de D. Maria Francisca de Sabóia à Sé: “a abri-lo vinham os procuradores da cidade e com eles todas as varas dos provimentos do Senado... logo junto deles as danças e atrás os ministros a cavalo e de maça ao ombro: depois, as varas da justiça, que são do provimento da Câmara e, seguidamente, os reis de armas e os corregedores do crime da corte, todos a cavalo: finalmente fechariam o cortejo os coches dos ministros dos tribunais titulares e oficiais da coroa – que deviam procurar levar diante de cada coche os seus lacaios - precedidos pelas liteiras dos fidalgos sem guardar precedência, mas todos em **boa ordem**”<sup>2</sup>.

Documento paradigmático da complexidade e rigidez do formalismo que inunda as estruturas mentais da sociedade do séc. XVII é, sem dúvida, o *Cerimonial da Corte de D. Pedro II*<sup>3</sup>. Separando-se de antigos regimentos da Casa Real onde imperava, sobretudo, um regime de precedências - antes ou depois - ou interdições - quem entra ou não entra - observa-se uma definição de comportamentos onde, ao regime de precedências, se inscrevem indicações de ordem mais complexa baseadas em relações de ordem espacial – em frente, ao lado, em cima, mais perto, no canto. Implicando uma visão mais abstracta do espaço, a localização de cada pessoa é organizada com certos objectos do espaço - o docel, a disposição de cadeiras e muito particularmente os estrados ou zonas alcatifadas – que se assumem como elementos de particular relevância na codificação dos comportamentos a observar em cada momento. A título de exemplo no regime de refeições do rei o regimento prescrevia para o Veador: “se pora para a parte direita de Sua Magestade defronte do canto da meza, mas não tão chegado como os officiais que chegão a ella e com os pés fora da alcatifa, e o MestreSalla se porá da outra

---

<sup>2</sup> Castelo-Branco, Fernando – *Lisboa Seiscentista*, Lisboa, Livros Horizonte, 3º ed., 1990, p.163

<sup>3</sup> BN, Reservados, *cód. 8810*. Este documento foi estudado recentemente por Paulo Drummond Braga, *D. Pedro II. 1648-1700. Uma Biografia*, Lisboa, Tribuna da História, 2006

banda, na mesma forma, os médicos hão de ficar no outro topo da meza da banda da esquerda, entre ella e os officiais da casa”<sup>4</sup>.

Fora do regime da Casa Real constatamos as mesmas preocupações, pelas normas de etiqueta, nos mais diversos comportamentos sociais. É assim que, em 1618, uma carta régia informava o Presidente da Câmara, após uma consulta ao Desembargo do Paço, que “nos actos públicos teria almofada de veludo sendo a dos vereadores apenas de couro”<sup>5</sup>.

Neste contexto de estruturação da sociedade, a casa senhorial, como elemento fundamental de representação social, adquire uma maior complexidade não só arquitectónica como funcional, verificando-se um crescente aumento de criados, distribuídos por funções claramente diferenciadas. D. Francisco de Melo nos seus *Apólogos Dialogais* dá-nos um quadro da criadagem de um fidalgo, ao descrever a forma como um pagem se devia apresentar: “eu e mais três pajens, quatro lacaios, dois cocheiros, cinco acrescentados, um capelão, um mordomo, um secretário, duas donas, cinco aias, quatro negras”<sup>6</sup>.

Ao aumento dos criados, as grandes casas senhoriais passam a agregar também um significativo número de familiares que, na sua complexidade, acrescentava uma imagem de prestígio e grandeza a uma família. Importa salientar que o interior da casa só se abria a elementos exteriores à casa em momentos de grande solenidade como casamentos ou baptizados. A casa senhorial não era ainda, um local de convívio social como se virá a manifestar com o avançar do séc. XVIII, afirmando-se sobretudo como um elemento de representação do estatuto de uma família face à sociedade. É bem conhecida a situação de quase reclusão da mulher nas classes privilegiadas como descreve Duarte Nunes Leão na sua *Descrição do Reino de Portugal* afirmando: “as damas quando saem, é só para irem à igreja e nunca deixam a sua casa para ir a qualquer outro sítio; as mais nobres vão pouco à igreja e, quando o fazem levam mantos a taparlhes o rosto”<sup>7</sup>. Mais que ser tratava-se de fazer parecer.

---

<sup>4</sup> Bastos, Celina «Da Utilidade do Tapete; Objecto e Imagem» in *O Tapete Oriental em Portugal, tapete e pintura - séculos XV-XVIII*, Lisboa, MNAA, 2007, p.153

<sup>5</sup> Castelo-Branco, Fernando – *Lisboa Seiscentista*, cit. supra, p.163

<sup>6</sup> Melo, Francisco Manuel de – *Apólogos Dialogais*, Lisboa, Officina de Mathias Pereyra da Sylva, 1702, p.231

<sup>7</sup> Leão, Duarte Nunes de – *Descrição do Reino de Portugal*, Lisboa, Cap. LXXXVIII, pp.138 e 138v

Este aspecto, referido pela maioria dos viajantes é bem clarificador da estrita privacidade com que decorria a vida doméstica da casa senhorial que, como afirmamos anteriormente, só era interrompida em momentos de grande solenidade e onde as famílias recorriam, muitas vezes, a pesados empréstimos para fazer face a estas grandes festas. É o caso de Dona Ana de Sousa, viúva de Manuel de Sousa Mascarenhas que foi Governador da Ilha da Madeira, e que em 1672 se vê forçada a vender umas casas nobres que possuía com todo o seu recheio “ a fim de solver a dívida em que estava ao Desembargador Manuel de Tovar de Vasconcelos de 200\$000 réis que este lhe emprestara para os gastos do casamento de seu filho, o morgado João Ribeiro de Vasconcelos em móveis e galas dele e de sua mulher D. Isabel Maria de Melo”<sup>8</sup>

Outro aspecto interessante relacionado com a realização de grandes celebrações é o facto da existência em Lisboa de lojas especializadas no aluguer de armações em tapeçaria e sedas para a decoração dos interiores das casas nestes momentos. No seu *Livro Das Grandezas de Lisboa*, Nicolau de Oliveira refere a existência de três alugadores de sedas, damascos e tafetás, assim como “dois alugadores de Arrás ( tapeçarias), o primeiro aluga trinta panos e o segundo cinquenta”<sup>9</sup>.

Numa visão de conjunto, sobretudo a primeira metade do séc. XVII é uma época de crise económica pouco propícia à construção de grandes casas senhoriais. O desastre de Alcaçer Kibir corresponde a um esforço financeira da Casa Real e das grandes famílias, em resgatar a todo o custo, os seus familiares. Os inícios do século XVII são marcados pelo progressivo ataque dos holandeses e ingleses às nossas colónias ultramarinas revelando-se num esforço financeiro da Fazenda Real já de si em *défice* com a escassez do comércio oriental da Carreira da Índia que se via, por sua vez, afectado pelo cerco das armadas holandesas.

Só na segunda metade do séc. XVII e após as pazes com Espanha podemos constatar um novo ciclo de construção e renovação de palácios ligados sobretudo à alta nobreza que apoiando a subida ao trono da dinastia Bragança se assume como uma grande elite de altos funcionários da administração régia.

---

<sup>8</sup> Castilho, Júlio – *Lisboa Antiga, o Bairro Alto*, Lisboa, CML., 3ª ed. Vol.IV, 1962, pp. 191 e 192

<sup>9</sup> Oliveira, Nicolau de Oliveira – *Das Grandezas de Lisboa*, (1ª ed. Lisboa 1620), Ed. Veja, 1991,567

Face a um certo isolamento do País, este formalismo caracteriza-se, em Portugal, por uma forte entropia com uma recorrência à acentuação de valores da tradição. No campo artístico expressa-se no desenvolvimento da azulejaria ou talha que, a partir da segunda metade do séc. XVII, vê ganhar uma notória pujança plástica e criativa.

No cruzamento de um clima de rigor e despojamento contra reformista com uma tendência de sistematização e hierarquização dos comportamentos sociais a fachada exterior e o corpo do andar nobre é salientado por uma rigorosa sequência de janelas de sacada marcadas por friso de separação entre o piso térreo ou a sobreloja no caso da existência de mais de dois pisos. Nesta secura e uniformidade plástica o portal da casa inscreve-se, no conjunto da fachada, como um elemento autónomo caracterizando nas suas proporções e desenho a nobreza e grandiosidade da casa.

No interior o andar nobre tende a organizar-se numa sequência de grandes salas autonomizadas do conjunto arquitectónico das dependências do rés-do-chão onde na realidade se processava um dia-a-dia da casa, mais informal e descontraído.

Facto que nos separa das características de casa senhorial Além-Pirinéus o piso nobre eleva-se ao último piso na sua estreita ligação com a tradição dos tectos em alfarge cuja lógica estrutural exigia uma ligação directa com a estrutura do telhado.

## **2 - Novos espaços funcionais – saleta, camarim e sala de estrado**

O valor que, assume a etiqueta e a codificação dos comportamentos sociais, ao longo do séc. XVII, terá a sua repercussão nos programas interiores da casa senhorial numa tendência, não só, para uma maior racionalização dos seus programas distributivos como para a criação de novos espaços vinculados a funções específicas da vida doméstica. Veremos que estes novos espaços resultam de funções que, até ao séc. XVI, se integravam em espaços marcados por uma forte polifuncionalidade, caso da «sala» da «câmara» ou do «guarda roupa», e que, neste processo, vão desmultiplicar-se dando progressivamente origem a novos espaços individualizados, como a «saleta», o «camarim» ou a «câmara de estrado».

A partir das plantas, do séc. XVII, dos palácios dos condes da Castanheira e dos condes de Soure podemos observar que, no seu conjunto, o programa interior do andar

nobre se organiza por sequência de espaços distribuídos numa lógica de hierarquias que do acesso das escadarias principais se vai desenvolvendo a partir de espaços mais públicos, para espaços mais privados.

No caso dos condes da Castanheira a sequência de salas é dada pelos espaços de saleta, camareta, sala e antecâmara, sendo os espaços mais privados e afastados do núcleo das escadas nobres; a câmara, oratório, varanda, guarda-roupa e sala de livros.

Na sua estrutura fundamental, este esquema distributivo de organização interior entronca numa tradição medieval definida de forma exemplar pelo rei D. Duarte no seu Leal Conselheiro. *“Primeira, **salla**, em que entram todollos do seu senhorio que omyzyados nom som, e assy os estrangeiros que a ella querem vir. Segunda, **câmara de paramento**, ou **antecâmara**, em que costumam estar seus moradores e alguus outros notáveis do reyno. Terceira, **câmara de dormyr**, que os mayores e mais chegados de casa devem aver entrada. Quarta, **trescamara**, onde sse costumam vestir, que pera mais speciaais pessoas pera ello pertencentes se devem apropriar. Quinta, **oratório**, em que os senhores soos alguas vezes cada dia he bem de sse apartarem pêra rezar, leer per boos livros, e pensar virtuosos cuidados”<sup>10</sup>.*

No seu estudo sobre Paços Medievais Portugueses<sup>11</sup>, J. Costódio Vieira da Silva prova de forma cabal que este esquema se inscreve com pequenas variantes nos programas interiores dos paços dos finais da Idade Média e do reinado de D. Manuel.

Se excluirmos a varanda que, ao longo do séc. XVI, adquire uma forte presença como elemento de circulação e articulação espacial do programa interior, é este modelo distributivo que encontramos, ainda, na planta do séc. XVI do palácio dos duques de Bragança onde a sequência dos espaços de representação é assinalada como «varanda, sala, antecâmara, câmara e guarda-roupa». Aqui, como em muitos outros casos, a sequência dos compartimentos começa pela «sala» entendida numa tradição medieval como grande espaço poli funcional vocacionado para as grandes recepções. Cabe salientar que este espaço acumulava, no dia-a-dia, funções de permanência tanto de guardas, pajens e lacaios, como de visitantes que aqui esperavam para serem recebidos em compartimentos mais privados como a antecâmara. Nesta acepção, salas como a do

---

<sup>10</sup> D. Duarte, *Leal Conselheiro*, (ed. crítica e anotada por J. M. Piel), Lisboa, Lvr<sup>a</sup> Bertrand, 1942, p.303

<sup>11</sup> Silva, José Custódio Vieira da, *Paços Medievais Portugueses*, Lisboa, IPPAR, 1995



palácio ducal de Vila Viçosa são designadas na documentação por sala dos Tudescos, indiciando claramente uma função de sala para guardas. Igualmente verificamos esta designação, como “casa dos Guardas”, na planta do palácio da Pólvora que servia de residência de recreio dos vice-reis da Índia no séc. XVII.

O carácter polifuncional da «sala» é ainda evidenciado, nos inícios do séc. XVIII, por Rafael Bluteau no seu *Vocabulário* (1712) ao definir «sala», como; “casa, anterior (...), porque na sala se costuma descansar e esperar até que venha a pessoa, com que se ha de fallar, e também nas salas em Palácios de Principes em que se descansão e dormem os guardas, como no palácio dos Reis de Portugal, a sala dos Tudescos, ou sala se chama assim, porque do seu quarto ( entenda-se no sentido de aposentos privados) sahe a ella o senhor da casa a fallar, ou porque em dias de banquetes e festas algumas vezes se salta e dança na sala”<sup>12</sup>.

Face aos programas do séc. XVI, a «saleta» e a «camareta» surgem na planta dos condes da Castanheira como uma clara novidade inscrevendo-se como pequenos espaços de espera que antecedem respectivamente a «sala» - entendida como espaço formal de recepção, usado apenas para momentos solenes - e a «antecâmara» como sala de visitas mais comum. Intimamente articuladas com o núcleo de escadas tanto a saleta como a camareta resultam de uma fragmentação de funções da sala que progressivamente perde valores de polifuncionalidade e de núcleo distributivo nas circulações do interior da casa.

É esta transformação que explica as funções da pequena saleta que antecede a salão do actual palácio dos marqueses de Abrantes, a Santos-o-Velho, assinalada no inventário do palácio <sup>13</sup> feito em 1704: onde o documento menciona: “trez portas de cortinas da Saleta da parte das Ante Câmaras que fazem seis cortinas irmaans das acima sem sanefas”<sup>14</sup>.

Encontramos igualmente a referência da função da «saleta», como espaço de introdução à sequência de espaços de representação, no texto das *Memórias do Conde de Povolide* quando o autor descreve, no interior do palácio, os espaços adstritos à condessa “a saleta que entra no quarto da condessa ( leia-se aqui aposentos adstritos à condessa)

---

<sup>12</sup> Bluteau, Rafael – *Vocabulário Portugues e Latino...*, Coimbra, Colégio das Artes, 1712, T. VII, p.440

<sup>13</sup> Sousa, Maria Teresa de Andrade e – *Inventário dos Bens do Conde de Vila Nova, D. Luís de Lencastre*, Lisboa, Ed. Abril, 1956

<sup>14</sup> Idem, *Ibidem* p.39

tinha os reposteiros com as armas dos Cunhas (...) e cortinas de damasco com franjas de retroz, e duas placas doiradas com velas, e huma alcatifa no estradinho das donas”<sup>15</sup>.

Num outro registo, esta introdução da «saleta» articula-se com o núcleo da escadaria nobre que, ao longo do séc. XVII, passa progressivamente para o interior da casa constituindo-se como elemento estruturante do programa distributivo. Em articulação com as escadas a saleta passa a formar um patamar de entrada funcionando como uma antecâmara à «sala». Com raras exceções, caso do palácio ducal de Vila Viçosa, a introdução do núcleo de escadas como elemento estruturante do programa arquitectónico é um fenómeno que se processa ao longo da segunda metade do séc. XVII. Para perceber esta lenta introdução basta lembrar o palácio dos marqueses de Fronteira ou dos condes de Azambuja, hoje embaixada de Espanha, onde as escadas se situam, ainda, numa clara relação de transição entre interior e exterior. Acusando um certo arcaísmo os solares do Norte tem um pendor, mesmo ao longo do séc. XVIII, para manter o núcleo de escadarias no exterior. Sublinhe-se que a introdução de corredores na estrutura dos interiores é um fenómeno já do séc. XVIII que, articulando-se com o núcleo de escadas, irá conferir outras lógicas aos programas distributivos até aí vigentes.

A uma tendência para uma maior racionalização dos espaços está ligada, igualmente, o aparecimento, na planta dos condes da Castanheira, de duas antecâmaras, correspondendo a espaços diferenciados para o elemento masculino e feminino da casa. Se este facto não é inédito para o séc. XVI ele parece circunscrever-se aos paços reais e há existência de aposentos separados para o rei e a rainha. A divulgação destas antecâmaras, embora circunscritos à alta nobreza, marca uma tendência para demarcar espaços individualizados na casa para o elemento feminino. De forma idêntica o inventário do palácio dos condes de Vila Franca dá-nos conta de duas antecâmaras individualizadas, sendo a da condessa descrita com, “cortinas de tafetá nas portas, com seu bufete, com seu estrado coberto por uma alcatifa da Índia, com seu adereço de doze almofadas, o seu docel e as suas duas cadeiras”<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> IAN/TT , Arquivo da Casa dos Condes de Povolide, Suplemento 1, *Memórias do 1º conde de Povolide*, vol.I, nº13 , fls. 112

<sup>16</sup> Freire, Anselmo Braancamp – *O Conde de Vila Franca e a Inquisição*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899, p. 46

Entre a antecâmara e a câmara, a planta em estudo apresenta ainda um compartimento referido na legenda como «casa das Mulheres». Da designação e relação na estrutura do espaço estamos aqui em presença daquilo que mais tarde se chamará «sala de estrado», um espaço reservado ao dia-a-dia das mulheres que retira à câmara de dormir antigas funções de estar quotidiano.

Indiciando, mais uma vez, o aparecimento de compartimentos com funções distintas, a planta do palácio dos condes da Castanheira assinala, a existência de dois compartimentos com funções de guarda-roupa, respectivamente «primeira guarda-roupa» e «segunda guarda-roupa», e um terceiro designado especificamente como «casa dos fatos». Esta separação parece ligada à importância que assume a guarda-roupa durante o séc. XVI onde, às tradicionais funções de arrumos, este compartimento acumula novas funções de audiência privada. Como o nome sugere a guarda-roupa ocupava ao longo da Idade Média importantes funções de apoio à vida doméstica da casa. Situado na sequência da câmara a guarda-roupa também era designado como transcâmara, assinalando a sua localização por traz ou além da câmara. Como a «sala», a guarda-roupa ocupava funções variadas que se estendiam do armazenamento de roupa e adereços, objectos de apoio à copa acumulando, ainda, outras funções de dormir. Neste sentido é significativo um documento assinado pelo rei D. Duarte sobre o Paço de Sintra indicando as funções da guarda-roupa: “que andem em vosso thesouro ou guarda rroupa copas, e taças, e gomis espadas garnydas e esporas douradas e panos de syrguo e de lan finos e somenos e freos e selas e garnymentos de bryda e ginetes para dadivas”<sup>17</sup>.

Além das funções de arrumo era aqui que dormiam pagens e camareiras como refere frequentemente a documentação antiga. Na *Crónica de D. Fernando*, de Fernão Lopes, o autor refere numa passagem “*e o iffante preguntou por dona Maria, a quall jazia em sua câmara cerrada (...) e em outra câmara trás aquella jazia huua ama e camareiras com huu seu filho*”<sup>18</sup>.

A guarda-roupa parece, no entanto, adquirir novas funções durante o séc. XVI. Na sua cuidada análise dos espaços interiores do Paço da Ribeira, Nuno Senos salienta a crescente importância da guarda-roupa, como lugar privilegiado para audiências de

---

<sup>17</sup> Silva, José Custódio Viera da, *Paços Medievais Portugueses*, cit. supra, p.210

<sup>18</sup> Lopes, Fernão – *Crónica de D. Fernando*, Lisboa, Ed. Livraria Civilização, 1992, p. 176

carácter privado de D. João III. Nas memórias de Pêro de Alcáçova Carneiro o autor refere que D. João III recebeu, na guarda-roupa, Rui Gomes da Silva que vinha, em representação do príncipe castelhano D. Filipe, com a proposta de casamento para a infanta D. Maria. Na sua companhia encontravam-se os infantes D. João e de D. Luís, do conde da Castanheira e do duque de Aveiro<sup>19</sup>. Igualmente referido por Pêro de Alcáçova Carneiro, D. João III recebe D. Fernando de Roxas, irmão do marquês de Denia, enviado do Imperador no seu guarda-roupa acompanhado “com as pessoas de título e do Conselho”.

A análise de Nuno Senos encontra uma clara confirmação na descrição das festas realizadas, em 1537, na Vila Viçosa, pelo casamento do Infante Dom. Duarte com Dona Isabel, irmã do duque Dom Teodósio<sup>20</sup>. O documento dá-nos uma visualização da distribuição do interior onde na guarda-roupa do rei é colocado um docel para audiências: “Adiante desta salla esta outra caza acerca tamanho como a metade della em que estaua posta a guarda roupa de EIRei mui alta e coberta toda ate o chaõ de hum pano de cetim avelutado emcranado todo, bandado de borcado; em sima della estaua tambem armado outro docel, de ueludo uerde nouo; tambem com cordoes de seda uerde e com sanefas de borcado e toda a caza armada de tepassaria do teor da salla com muitas arcas emcoiradas ao longo das paredes, cubertas com alambeis nouos”<sup>21</sup>.

Voltando à planta dos condes da Castanheira podemos compreender melhor o significado dos dois compartimentos de “guarda-roupa” situandos na sequência da “sala”, indicando funções de sala de audiência que vimos desenvolverem-se no séc. XVI. Em clara oposição, a “casa de fatos” aparece aqui, por outro lado, numa zona mais privada da casa, e posterior à câmara, como apoio ao quarto de dormir, assumindo as funções tradicionais de guarda-roupa. Encontramos a mesma separação entre guarda-roupa e casa do fato na descrição dos bens do palácio do conde de Vila Franca, em Lisboa. Dando conta á Inquisição dos seus bens podemos visualizar o luxo e sentido de representação do interior da guarda-roupa “com uma armação de alcatifas, que eram doze ou treze, dois

---

<sup>19</sup> Andrada, Ernesto de Campos (ed.) *Relações de Pêro de Alcáçova Carneiro, conde da Idanha, do tempo que Ele e Seu Pai, António Carneiro, Serviram de Secretários ( 1515-1568)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1937, p.422

<sup>20</sup> *Festas e apercebimentos que fez em villa Vicoza o Duque Dom Theodosio E os casamentos do Infante Dom Duarte e da Sr<sup>a</sup> Infante Dona Isabel sua irmam no mes de abril do anno de 1537*, documento transcrito por José Teixeira – O Paço Ducal de Vila Viçosa, Vila Viçosa, FCB., 1983, pp.114-119

<sup>21</sup> Idem, *ibidem*, p.116

dóceis; um de tela carmezim, bem usado, e outro de tela amarela com sanefas de fundo de oiro, já usado, da Índia. E seis cadeiras mais de Inglaterra irmãs das alcatifas atrás, e seis ou oito tamboretos”<sup>22</sup>. Quanto à «casa do fato», igualmente citado no inventário, o conde descrevia “que tinha arcas e caixões, onde se guardava o fato” acrescentando “um leito de pau santo bronzeado, uns paramentos guarnecidos de rendas de prata, outros paramentos de gran guarnecidos de rendas de prata, doze almofadas de tela carmezim de oiro, quatro cadeiras do mesmo, duas bancas, um tamborete de estrado, um panno de bufete”<sup>23</sup>. Da descrição depreende-se que a casa de fato servia, também, de quarto de dormir, funções adstritas ao guarda roupa como se verificava desde a Idade Média

### **A “casa dos livros” e o “camarim”**

Como situação excepcional, nos programas distributivos do séc. XVII, a planta do Palácio dos Condes da Castanheira assinala, ainda, uma “casa de livros”. Embora raro o caso não era único, pois o palácio da Anunciada, em Lisboa, possuía uma biblioteca distribuída por quatro salas incluindo uma espécie de museu de curiosidades e antiguidades<sup>24</sup>. No nosso caso, esta «casa de livros» liga-se aos interesses de D. António de Atayde, 5º conde da Castanheira, grande bibliófilo e colecionador. Decorrendo dos altos cargos que ocupou como General das Armadas de Portugal, durante a sua vida D. António de Atayde organiza uma fabulosa biblioteca com um número considerável de códices e documentos diversos relativos a cartografia, arte de navegar e diários da Carreira da Índia. Estes importantes códices encontram-se hoje espalhados pelas mais variadas bibliotecas tendo sido estudados por historiadores como Henrique Quirino da Fonseca<sup>25</sup>, Humberto Leitão<sup>26</sup> ou Charles Boxer<sup>27</sup>.

---

<sup>22</sup> Freire, Anselmo Braancamp – *O Conde de Vila franca e a Inquisição*, cit. supra, p. 46

<sup>23</sup> Idem, *ibidem*, pp. 46,47

<sup>24</sup> Castelo-Branco, Fernando – *Lisboa Seiscentista*, cit. supra, p.61

<sup>25</sup> Henrique Quirino da Fonseca (ed.), *Diários de Navegação da Carreira da Índia, nos anos de 1595, 1596, 1597, 1600 e 1603*, Lisboa, Academia das Ciências, 1938.

<sup>26</sup> Leitão, Humberto, *Diários de navegação coligidos por D. António de Ataíde no século XVII*, 3 vols., Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1957-1958.

<sup>27</sup> Boxer, C. R. “The naval and colonial papers of Dom António de Ataíde”, *Harvard Library Bulletin*, vol. V, n. 1, Cambridge (Mass.), 1951, pp. 24-50; e “Um roteirista desconhecido do século XVII. D. António de Ataíde, capitão geral da Armada de Portugal”, *Arquivo Histórico da Marinha*, vol. I, nº 1, 1934, pp. 189-200.

Numa situação de exceção esta “sala de livros” enquadrada-se, pelas suas características, num fenómeno do séc. XVII que se prende com o aparecimento, nas casas senhoriais, de um novo espaço onde se cruzam funções de estudo e guarda de colecções referido, na documentação da época, como camarim ou gabinete. Rafael Bluteau no seu *Vocabulário*, confirma-nos a existência, deste espaço de camarim, como entidade independente definindo-o, de forma particularmente significativa, como: “um aposento em que se tem as peças mais raras e mais preciosas”. Nesta tipologia espacial de gabinete de preciosidades podemos enquadrar a chamada “casa das porcelanas” do Palácio de Santos e que constitui o mais belo exemplar deste espaço chegado até nós. De particular interesse para o nosso estudo esta sala é referida num inventário da palácio, nos inícios do séc. XVIII (1704), como «camarim». “trez portas de cortinas que fazem seis do mesmo damasco e franjas que são do camarim...”<sup>28</sup>.

Como verificamos na casa dos livros dos condes da Castanheira ou na casa das porcelanas do palácio de Santos este espaço de camarim, pela natureza das suas funções, estrutura-se, no programa distributivo da casa, numa relação independente à tradicional sequência de saleta, sala, e antecâmara, cujas funções de recepção os mantinha em íntima interdependência

Numa linha de caracterização deste espaço o inventário do palácio do conde de Vila Franca dá-nos um interessante pormenor ao referir a existência de dois camarins, um primeiro, “ tinha uns retratos de pessoas de sua linhagem e em outro camarim os retratos dos imperadores”<sup>29</sup>. Aspecto particularmente importante e inaugural este espaço, recebe uma decoração permanente afastando-se da sequência de espaços de saleta, sala e antecamaras, cujas ligações a momentos de grandes festas e recepções determinava uma flexibilidade que permiti-se a montagem de armações, dóceis e estrados adequados às exigências de cada situação.

A eclosão no séc. XVII de um tipologia de espaço de camarim parece ligar-se igualmente com o aparecimento das funções de escritório que, embora integrando-se numa tradição medieval do *scritorium* dos conventos ou casa do despacho dos paços

---

<sup>28</sup> Sousa, Maria Teresa de Andrade e – *Inventário dos Bens do Conde de Vila Nova, D. Luís de Lencastre*, cit. supra, p.40

<sup>29</sup> Freire, Anselmo Braancamp – *O Conde de Vila Franca e a Inquisição*, Lisboa, cit. supra, p. 46

reais e grandes casas ducais, assume a partir desta época um valor de representação e uma vivência mais individualizada ligado aos gostos e interesses do dono da casa.

Pela planta quinhentista do Palácio dos Duques de Bragança, em Lisboa, dois pequenos compartimentos contíguos junto à sala são assinalados como «despacho» e «scriptorium». Pelas suas ínfimas proporções e localização no programa destrutivo, com entrada privativa, estes espaços mantêm ainda características estritamente funcionais, ligadas ao uso de funcionários da casa ocupados na elaboração e guarda de aforamentos, escrituras e documentação.

Confirmando um novo uso de maior luxo e representação individualizada dão notícia dois inventários de ricos mercadores onde estes escritórios são mencionados. António Rodrigues Mogadouro refere que “na gaveta de hum seu contador que esta no escritório pequeno estará um saco com moedas de ouro” e mais a adiante menciona; “e no dito seu escritório pequeno ao pé do bofete em que escrevia estavam oitocentos e quarenta e dois mil réis”<sup>30</sup>.

No inventário de Diogo Chaves realizado no ano de 1664 o acusado menciona “seis quadros grandes de Flandres que estavam no seu escritório ... e hua lamina de Jesus, Maria e José que estará no mesmo escritório”<sup>31</sup>. Da descrição podemos inferir um espaço onde à actividade da escrita e leitura se ligavam valores de representação com a recorrência de móveis e objectos preciosos afins á tipologia de camarim ou gabinete de preciosidades.

Nesta linha de estudo e atendendo à sua relação com o programa distributivo, é nesta tipologia de camarim que podemos interpretar os dois pequenos compartimentos do palácio dos marqueses de Fronteira colocados nos dois torreões, entre a varanda de colunas virada sobre os jardins, numa clara independência face a sequência dos compartimentos de representação.

No estudo do programa interior do palácio dos condes da Castanheira resta-nos analisar o espaço da varanda que aqui aparece recolhida sobre o jardim, sem o valor de aparato que tinha assumido, sobretudo durante o reinado de D. Manuel.

---

<sup>30</sup> IAN/TT *Inquisição de Lisboa, Processo nº5412*, s.n.

<sup>31</sup> IAN/TT *Inquisição de Lisboa, Processo nº4426*, s.n.

Voltada sobre o jardim, a varanda assume no programa distributivo funções de grande espaço de articulação dos espaços mais privados da casa ligando a antecâmara, câmara e a sala dos livros e servindo de iluminação para compartimentos mais interiores da casa.

## **O Projecto do palácio dos Condes de Soure**

Situando-se já nos finais do séc. XVII, a planta do palácio dos condes de Soure constitui-se como um raro exemplo de um projecto *ex-novo* traduzindo um esforço de idealização que se estende da coerente morfologia à rigorosa simetria da planta. Na forte racionalização do programa interior, a planta assinala em legenda a função de cada compartimento estabelecendo-se como um modelo idealizado do funcionamento interior de um palácio da alta nobreza neste período. Face à planta do palácio dos condes da Castanheira podemos aqui constatar uma franca evolução, que se desenvolve ao longo de todo o séc. XVII, onde as antigas tradições de polifuncionalidade dos espaços interiores se vão diluindo a favor de um estrutura altamente ritualizado onde cada compartimento adquire uma função e significado específico no interior da casa.

Cabe salientar que estamos em presença de um projecto, com um programa arquitectónico de planta em U, que entronca numa tradição francesa divulgada através dos tratados e gravuras que durante este século circulam por toda a Europa. Integrados nesta influência encontra-se o Palácio Galveias, talvez do mesmo arquitecto, ou em casos mais tardios o palácio do Calhariz, em Sesimbra, ou o dos Andrades e dos condes de Avintes<sup>32</sup> ao Bairro Alto. Frisando uma influência mais directa da tratadística francesa, no projecto em análise, a “sala” abre-se, de forma inusitada em T, para uma comprida galeria e que o autor refere de forma significativa, como: “galeria que corre de hua antecâmara à outra”. Esta solução profundamente francesa, que teve a sua expressão mais paradigmática, no séc. XVII, na galeria do Palácio de Fontainebleau, não encontrou, porém, eco em Portugal. As razões prendem-se, sem dúvida, pela a permanência da tradição da varanda de colunas que do seu exemplo mais monumental e emblemático; a varanda

---

<sup>32</sup> Este palácio é hoje o convento de São Pedro de Alcântara, tendo sido comprado aos condes de Avintes pelos marqueses de Marialva para instalar estes frades que se encontravam sob a sua protecção.



manuelina do palácio da Ribeira, terá no século seguinte a sua expressão mais eloquente nas varandas do palácio dos marqueses de Fronteira. De tradição francesa é ainda a proposta de duas escadas simétricas, solução que Du Cerceau desenvolve nos seus livros de arquitectura, mas que, neste caso, pelo seu carácter utópico e pouco funcional não encontra repercussões na arquitectura doméstica portuguesa da época.

Cabe salientar que as influências francesas que temos vindo a analisar na planta do palácio dos condes de Soure se integram numa cultura arquitectónica portuguesa de tradição chã. Não só, pelos ritmos da fenestração e modelação dos vãos que repetem de forma exaustiva a mesma métrica, como na estrutura das paredes articuladas com cobertura de cada sala com tectos de caixotão, podemos observar, no seu conjunto, um experiente arquitecto habituado às normas construtivas portuguesas, vigentes ao longo do séc. XVII e XVIII e que dotam toda a produção arquitectónica de características muito próprias.

É, porém, na estrutura sequencial de espaços do andar nobre que esta planta revela a sua particular importância para o nosso estudo. Acompanhando a tendência do séc. XVII para o estabelecimento de aposentos dedicados ao elemento feminino e masculino esta divisão, assume aqui um carácter quase utópico, constituindo-se por duas alas rigorosamente simétricas de: antecâmara, sala de audiência, sala de estrado, câmara e pequena zona de criados e pagens.

A planta não específica, mas cada lance de escadas dá acesso a um pequeno espaço de “saleta”, servindo de pequena sala de espera para a sala e para a antecâmara, com funções muito idênticas observadas na “saleta” da planta dos condes da Castanheira.

As antigas funções da sala e antecâmara, desdobram-se numa sucessão mais complexa de espaços, aparecendo aqui, claramente individualizados, dois novos espaços de representação referidos na planta por «sala de audiências» e «sala de estrado».

Cabe aqui salientar o facto de estarmos perante uma planta altamente racionalizada que repete simetricamente os aposentos dedicados ao elemento feminino e masculino. No confronto com documentação da época a «sala de audiência» deveria situar-se apenas na ala dedicada ao dono da casa, e por sua vez a «sala de estrado», dada as suas funções, reservada apenas ao elemento feminino. Na realidade na ala masculina a sala de estrado seria naturalmente inadequada e, por sua vez, na ala feminina a sala de

audiência seria redundante. Numa lógica de distribuição interior estes dois espaços situados em cada ala do palácio, entre a antecâmara e câmara de dormir, traduzem porém uma tendência de maior ritualização do interior da casa que temos vindo a analisar.

Encontramos igualmente esta tendência, para o desdobramento da antecâmara em dois espaços diferenciados numa descrição do Palácio dos Condes de Povolide datada dos finais do séc. XVII. Nas *Memórias do 1º conde de Povolide* o autor faz uma interessante descrição dos aposentos da sua mulher por altura do seu casamento. Em sequência à “saleta que entra no quarto da condessa” seguia-se “a **primeira antecamara** com estrado alcatifado com duas alcatifas que cobrião toda a casa e almofadas de veludo lavrado e sanefas e cortinas de damasco tudo guarnecido de oiro e armada de panos de Raz, dois espelhos doirados e dois bufetes, e nesta casa se pos a meza para as senhoras que erão mtas em bancas e toalhas de renda, e cantidade de cestos de doses e frutas ( ...) que chamavão púcaros de agoa e comerão sentadas no estrado já se não uza assim) A **segunda antecamara** com estrado toda alcatifada com almofadas de veludo carmezim lavrado como as da primeira Caza e sanefas do mesmo veludo e cortinas de damasco e goarnições de oiro, e armadas de panos de Raz, dois espelhos muito grandes, e dous bofetes tudo doirado e da moda de então e dois negros de escultura que sustentam velas, a **Camara** toda alcatifada com duas alcatifas e armada de panos de Raz, cama de tella riqua, e franjões de oiro e assim as sanefas das portas e ginellas e tamborettes e cortinas de damasco e dois espelhos e dois bufetes doirados”<sup>33</sup>.

Facto particularmente significativo nesta planta, o chamado **guarda-roupa**, que ocupava, na planta dos condes da Castanheira um lugar de destaque desaparece aqui, sendo substituído por um pequeno grupo de espaços de apoio à câmara de dormir, assinalados na planta pela letra L, como “cazas de passagem p<sup>a</sup> ir detraz da alcova, com a letra M, “retretes ou Cazas p<sup>a</sup> dormirem Criadas”, N. Caza pequena q olha p<sup>a</sup> a rua.

Esta diluição da guarda roupa em vários espaços autónomos dá-nos bem a antiga polifuncionalidade da guarda roupa que aqui, mercê de uma clara tentativa de racionalização, é desmultiplicado num conjunto de espaços para cada uma das suas antigas funções. Digno de nota é ainda o espaço identificado como “casa pequena q olha p<sup>a</sup> a rua” que na nossa interpretação sugere um espaço com funções de toucador que

---

<sup>33</sup> IAN/TT , Arquivo da Casa dos Condes de Povolide, cit. supra, fls. 112-112v

vemos surgir nos inventários entre os finais do séc. XVII e primeira metade do séc. XVIII. Embora referindo-se a uma situação excepcional de casamento a descrição do palácio dos condes de Povolide assinala este espaço ao referir: “o camarim em que se poz o toucador da condessa estava com armação de Raz e alcatifado com hua alcatifa e coadros de França de damas, e tamboretos de veludo lizo carmezim e placas doiradas com vellas e assim a Caza piquenina entre o camarim e a câmara em que se puserão as arcas que a condessa troce com vestidos e outras cousas algumas no camarim e todas as casas alumiadas com castiçais de prata”.

Quanto ao aparecimento na planta de um pequeno espaço autónomo referido na legenda como: “retretes ou Cazas p<sup>a</sup> dormirem Criadas”, o facto não é inédito, encontrando-se referências à sua existência desde a Idade Média embora em paços reais ou alta nobreza. Pela natural necessidade de assistência este pequeno espaço ou função ficava na guarda roupa ou junto a uma zona de escadas de serviço, permitindo a recolha de bacios pelos criados da casa como podemos confirmar na análise das lógicas distributivas desta planta. Um descrição de inventário realizado em 1673, referente ao palácio dos Marquêses da Fronteira em São Domingos de Benfica, assinala “*e huma caza de retrete e hum corredor que tem serventia pera a cozinha...*”<sup>34</sup>

A diluição da guarda-roupa que temos vindo a analisar encontra-se ligada com a divulgação de novas tipologias de móveis que permitem uma distribuição dos variadíssimos objectos adstritos à casa por outras divisões. Na tipologia destes móveis encontram-se os grandes armários guarda roupa e os copeiros e mais tarde já no séc. XVIII as cómodas. Da presença de destes móveis dá-nos noticia um inventário de 1684 Fernão Rodrigues Penso “hua guarda roupa grande das que costumão vir das partes do Norte (...) que estava na mesma Casa ( câmara do dormir)”<sup>35</sup> ou no caso do inventário de Diogo Chaves, onde é referido um “guarda roupa flamengo”<sup>36</sup>

Quanto à divulgação dos armários copeiros é bem significativo o inventário do Paço da Bemposta onde na rubrica “fatto” é referido “e três almarios de pinho novos de duas peças almofadados que fazem em cada hum quatro portas . E dous almarios mais

---

<sup>34</sup> *Inventário e Partilhas que se fizerão por morte da Sr<sup>a</sup> Donna Magdalena de Castro Marqueza de Fronteira 10 de Set. de 1673*. Transcrito em Moser, Jorge - «Acerca de uma tapeçaria». In *Separata do Boletim do MNAA*, Lisboa, MNAA., 1949, pp. 177-202

<sup>35</sup> IAN/TT *Inquisição de Lisboa, Processo n<sup>o</sup>2332*, fl.75

<sup>36</sup> IAN/TT *Inquisição de Lisboa, Processo n<sup>o</sup>4426*, s.n.

altos de pinho mais altos que os assima, também de duas peças cada um e quatro portas não são almofadados e neles esta a louça da Índia e algumas coisas miúdas que já vão inventariadas»<sup>37</sup>.

Observamos em inventários e descrições que o guarda-roupa permanece nos interiores de casas senhoriais, durante a primeira metade do séc. XVIII atestando uma lenta evolução das transformações que temos vindo a analisar.

### **Conclusão**

Do estudo comparativo que realizamos, podemos constatar uma lenta mas significativa alteração nas vivências e formas de organizar os espaços interiores da casa senhorial do séc. XVII. Atestando uma diluição dos hábitos de polifuncionalidade de tradição medieval, ainda vigentes no séc. XVI, onde os compartimentos se armavam conforme as situações do dia-a-dia e as necessidades dos momentos, podemos observar uma racionalização das estruturas distributivas da casa com aparecimento de novos espaços com funções específicas como a «saleta», o «camarim» e a «câmara de estrado». Intimamente ligado com este processo assistimos à divulgação de novas tipologias de móveis como o guarda roupa ou o armário copeiro e ainda objectos de decoração como quadros tendentes a uma apropriação dos espaços de carácter mais permanente e fixa.

Paradigma destas transformações é, sem dúvida, a emergência de um novo espaço: a saleta. No seu significado funcional, este compartimento expressa uma racionalização da sequência de espaços de recepção. Surgindo como uma antecâmara à sala este compartimento retira características de polifuncionalidade às antigas funções da «sala». Nesta alteração a guarda roupa de tradição medieval tende a multiplicar-se em dois espaços autónomos referidos como «sala de audiência» e «casa de fato», que como o nome indica assumia funções tradicionais de arrumo de roupas e de vestuário.

De particular significado na lógica das estruturas dos interiores é o aparecimento de espaços reservados ao elemento feminino. Além da formação de duas antecâmaras separadas, em casos de grande nobreza ou de maior racionalidade programática surge

---

<sup>37</sup> Rau, Virgínia – *Inventário de bens da rainha da Grã-Bretanha D. Catarina de Bragança*, Coimbra, Biblioteca da Universidade, 1947, p.88

ainda outro espaço a «sala de estrado», caracterizando-se como um espaço mais íntimo reservado ao dia-a-dia feminino. Aspecto aparentemente paradoxal, à situação de segregação da mulher do séc. XVII, recolhida em casa e saindo pouco, o estudo da casa senhorial dá-nos um papel cada vez mais importante da mulher, que em épocas anteriores aparece simplesmente como ausente.

Quanto ao aparecimento de um novo espaço designado por «camarim» ou escritório ele expressa, no registo masculino, a manifestação de valores ligados à progressiva valorização da personalidade e do “eu” que, emergindo a partir do renascimento, vai fazendo um lento processo de desenvolvimento.

No seu conjunto o análise realizada quanto à emergência de novos espaços e o estudo da sua articulação nas estruturas interiores permite-nos uma melhor compreensão das lógicas dos programas distributivos na casa senhorial ao longo do séc. XVII.

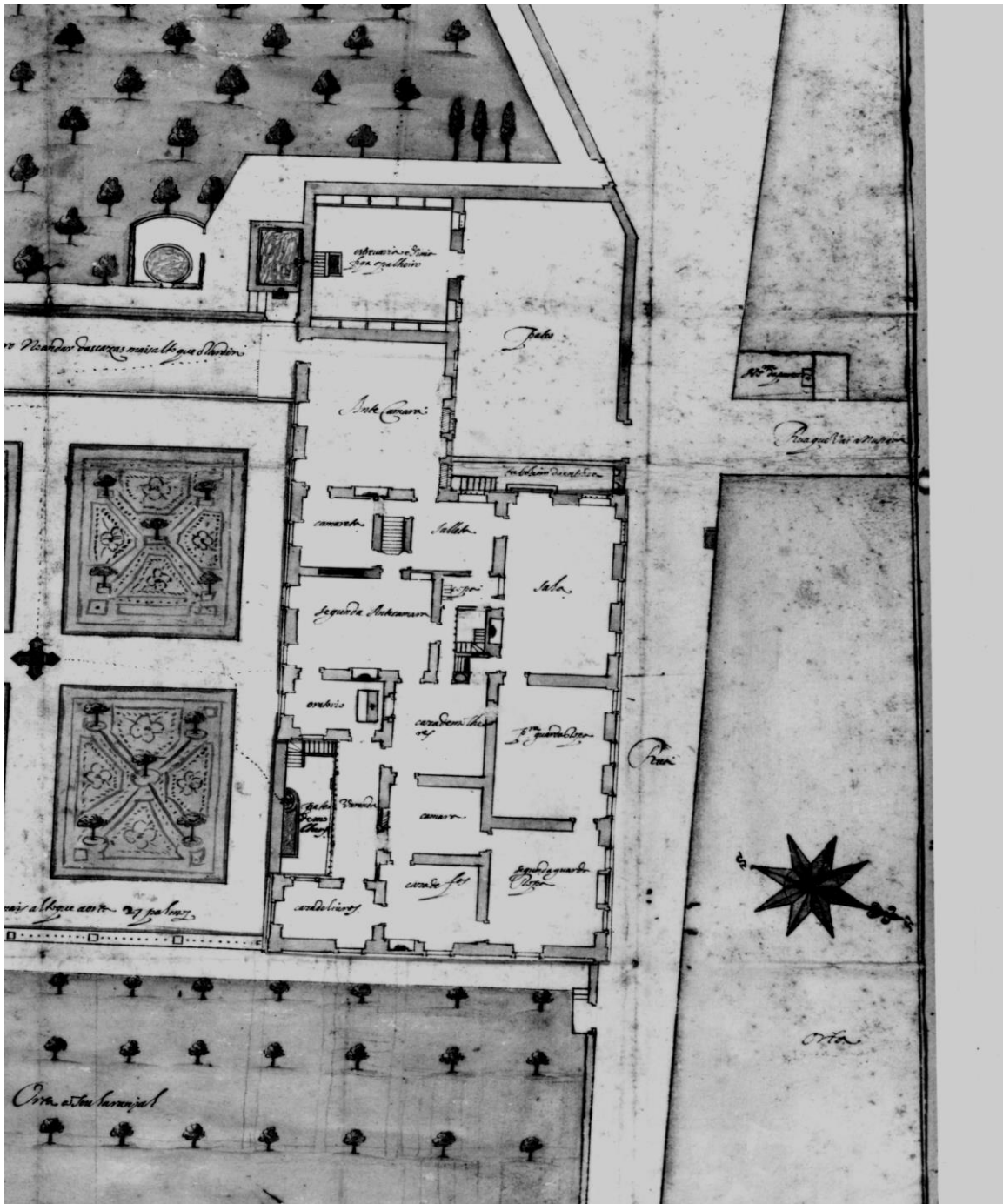
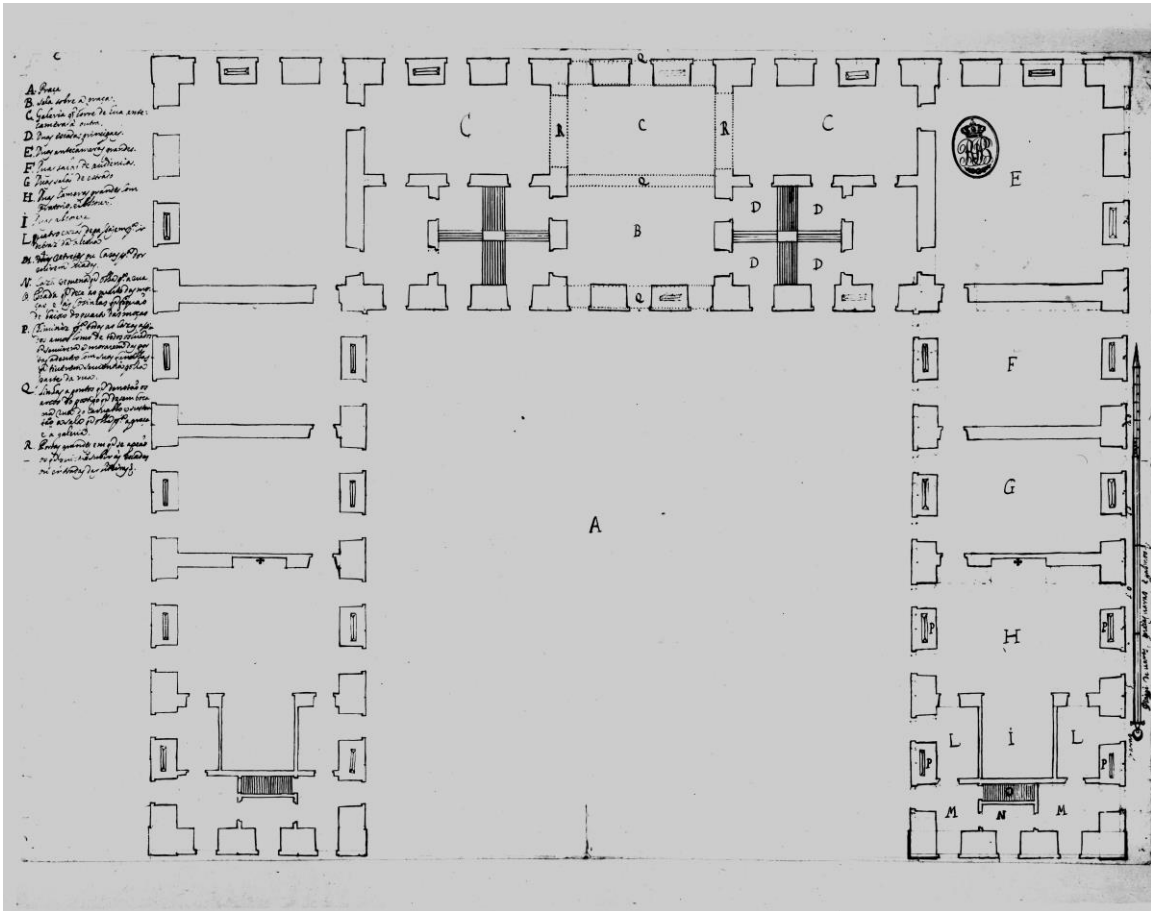


Fig.1

*Planta Das Casas do Sr Conde D. Antonio d'Ataide*, meados do séc. XVII, Lisboa, Biblioteca da Academia de Belas Artes. No interior da planta encontram-se anotados os espaços de: Pateo - saleta – camareta - Sala – Antecâmara- Segunda Antecâmara- P.ra guarda roupa - Segunda guarda roupa - casa das Mulheres – oratório – câmara – varanda - casa de fatos - sala de livros.



**Fig.2**

Planta de palácio no Bairro Alto situado com frente para a Rua do Carvalho. Finais do séc. XVII, Lisboa, Biblioteca Nacional, *Iconografia* D.148ª

Legenda da planta - A - Praça B. Sala sobre a praça - C. Galeria q corre de hua antecamera à outra - D. Duas escadas principaes- E. Duas antecameras grandes. F. Duas salas de audiência.- G. Duas salas de estrado. H. Duas cameras grandes com Oratório e Alcova. - I. Duas alcovas. - L. Quatro cazas de passagem pª ir detraz da alcova. - M. 4 retretes ou Cazas pª dormirem Criadas. - N. Caza pequena q olha pª a rua. O. - Escada q dece ao quarto das moças e às cozinhas q fiquão de baixo do quarto das moças